

# SUMÁRIO

<b>1. A QUESTÃO AMBIENTAL E AS CONCEPÇÕES ÉTICAS SOBRE O MEIO AMBIENTE.....</b>	<b>1</b>
1.1. A crise ambiental.....	1
1.2. O antropocentrismo, o ecocentrismo e o biocentrismo.....	3
1.3. As concepções éticas ambientais na Constituição Federal de 1988.....	6
1.4. Questão de concurso público comentada.....	7
<b>2. MEIO AMBIENTE E DIREITO AMBIENTAL.....</b>	<b>9</b>
2.1. Definição de meio ambiente.....	9
2.2. Espécies de meio ambiente.....	10
2.3. Definição, autonomia e objetivo do direito ambiental.....	11
2.4. Questões de concursos públicos comentadas.....	12
<b>3. A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL.....</b>	<b>15</b>
3.1. Introdução.....	15
3.2. Meio ambiente cultural.....	15
3.3. Meio ambiente natural.....	16
3.4. Meio ambiente artificial.....	16
3.5. Direito intertemporal ambiental.....	16
3.6. A constitucionalização do direito ambiental no Brasil.....	18
3.7. A interpretação constitucional das normas ambientais.....	22
3.8. Histórico das principais leis ambientais do Brasil.....	24
<b>4. COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AMBIENTAIS.....</b>	<b>27</b>
4.1. Federalismo de cooperação.....	27
4.2. Competências materiais ambientais.....	28
4.3. Competências legislativas ambientais.....	30
4.4. Questões de concursos públicos comentadas.....	36

<b>5. PRINCÍPIOS SETORIAIS.....</b>	<b>39</b>
5.1. Definição, funções e tensão .....	39
5.2. Princípio da prevenção.....	40
5.3. Princípio da precaução.....	41
5.4. Princípio do desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento.....	44
5.5. Princípio do poluidor (ou predador)-pagador ou da responsabilidade.....	47
5.6. Princípio do usuário-pagador.....	49
5.7. Princípio da cooperação entre os povos .....	49
5.8. Princípio da solidariedade intergeracional ou equidade.....	50
5.9. Princípio da natureza pública (ou obrigatoriedade) da proteção ambiental.....	50
5.10. Princípio da participação comunitária.....	51
5.11. Princípio da função socioambiental da propriedade.....	52
5.12. Princípio da informação.....	53
5.13. Princípio do limite.....	54
5.14. Outros princípios ambientais .....	54
5.15. Tabela dos princípios ambientais.....	57
5.16. Questões de concursos públicos comentadas.....	58
<b>6. A POLÍTICA NACIONAL E O SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE.....</b>	<b>63</b>
6.1. Princípios .....	63
6.2. Objetivos específicos.....	66
6.3. Instrumentos.....	66
6.4. O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).....	71
6.5. Questões de concursos públicos comentadas.....	75
<b>7. O ZONEAMENTO AMBIENTAL.....</b>	<b>81</b>
7.1. Considerações iniciais .....	81
7.2. Definição.....	82
7.3. Objetivo geral.....	83
7.4. Competência para a realização.....	83
7.5. Pressupostos.....	84
7.6. Conteúdo.....	84

7.7. Alteração .....	84
7.8. Regra de transição.....	84
7.9. Zoneamento industrial.....	85
7.10. Questões de concursos públicos comentadas.....	87
<b>8. O PODER DE POLÍCIA, O LICENCIAMENTO E OS ESTUDOS AMBIENTAIS .....</b>	<b>89</b>
8.1. Considerações gerais sobre o poder de polícia .....	89
8.2. Poder de polícia e taxa .....	92
8.3. Executoriedade de alguns atos de polícia ambiental.....	93
8.4. Peculiaridades da licença ambiental.....	94
8.5. Revogação e anulação da licença ambiental .....	98
8.6. Definição de licença ambiental.....	99
8.7. Espécies de licença ambiental .....	100
8.8. Fundamentos e definição de licenciamento ambiental .....	101
8.9. Publicidade do licenciamento ambiental.....	102
8.10. Exigibilidade do licenciamento ambiental .....	102
8.11. Competência para o licenciamento ambiental .....	103
8.12. Estudos ambientais ou avaliação de impactos ambientais.....	114
8.13. Questões de concursos públicos comentadas.....	122
<b>9. ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS ....</b>	<b>129</b>
9.1. Disposições gerais .....	129
9.2. Áreas de Preservação Permanente (APP'S).....	133
9.2.1. Definição legal.....	133
9.2.2. APP'S do artigo 2.º do CFlo.....	133
9.2.3. APP'S do artigo 3.º do CFlo.....	142
9.2.4. Regime especial de proteção e exploração excepcional ...	143
9.2.5. APP'S instituídas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios .....	145
9.2.6. A difícil questão da indenizabilidade da vegetação em APP na hipótese de desapropriação .....	146
9.2.7. Terras indígenas e APP.....	147
9.2.8. Explorações consolidadas em APP.....	147
9.3. Reserva legal (RL).....	149
9.3.1. Definição legal.....	149

9.3.2.	Natureza jurídica .....	150
9.3.3.	Dimensões.....	150
9.3.4.	Cálculo .....	153
9.3.5.	Delimitação.....	154
9.3.6.	Regime de proteção e explorabilidade sustentável.....	155
9.3.7.	Obrigação <i>propter rem</i> de reflorestar do proprietário .....	156
9.3.8.	Desapropriação e indenizabilidade limitada.....	156
9.3.9.	Quadro comparativo entre APP e RL .....	157
9.4.	Unidades de conservação (UC'S).....	157
9.4.1.	Introdução .....	157
9.4.2.	Definição legal.....	158
9.4.3.	Criação, extinção, redução e desafetação .....	158
9.4.4.	Possibilidade de desapropriação da área.....	158
9.4.5.	Requisitos para a instituição.....	159
9.4.6.	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC .....	160
9.4.7.	Grupos: proteção integral e uso sustentável .....	160
9.4.8.	Zona de amortecimento e licenciamento ambiental em unidade de conservação ou no seu entorno.....	163
9.4.9.	Corredores ecológicos .....	165
9.4.10.	Mosaico.....	166
9.4.11.	Plano de manejo.....	166
9.4.12.	Limitações administrativas provisórias.....	167
9.4.13.	Taxa de visitação.....	168
9.4.14.	Gestão por OSCIP.....	168
9.4.15.	Compensação por significativo impacto ambiental .....	168
9.4.16.	Populações tradicionais .....	171
9.4.17.	Outras disposições.....	173
9.4.18.	Regra de transição.....	173
9.4.19.	Reservas da biosfera .....	173
9.4.20.	Atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.....	174
9.4.21.	Unidades de conservação federais.....	175
9.5.	Áreas ambientais municipais .....	175
9.6.	Questões de concursos públicos comentadas.....	176

## 10. AGROTÓXICOS ..... 183

10.1.	Introdução .....	183
10.2.	Registro .....	184

10.3. Embalagens .....	185
10.4. Propaganda.....	187
10.5. Venda.....	187
10.6. Responsabilização civil, administrativa e criminal pela violação das disposições legais .....	188
10.7. Criminalização de condutas .....	189
10.8. Questões de concursos públicos comentadas.....	189
<b>11. A GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS.....</b>	<b>193</b>
11.1. Abrangência da gestão de florestas públicas .....	193
11.2. Definição de concessão florestal.....	193
11.3. Objeto.....	194
11.4. Limites .....	194
11.5. Regras licitatórias especiais .....	194
11.6. Prazo .....	195
11.7. Licenciamento ambiental.....	195
11.8. Livre concorrência .....	196
11.9. Controvérsia sobre a necessidade de autorização do Congresso Nacional .....	196
11.10. Extinção da concessão florestal.....	197
11.11. Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal .....	197
11.12. Serviço florestal brasileiro .....	197
11.13. Concessão florestal na Flona Jamari .....	197
11.14. Questões de concursos públicos comentadas .....	199
<b>12. ÁGUAS.....</b>	<b>201</b>
12.1. Titularidade dominial .....	201
12.2. A Política Nacional de Recursos Hídricos .....	203
12.2.1. Fundamentos.....	203
12.2.2. Objetivos.....	206
12.2.3. Diretrizes gerais de ação.....	207
12.2.4. Instrumentos.....	207
12.3. O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH .....	210
12.3.1. Composição e objetivos.....	210
12.3.2. Conselho Nacional de Recursos Hídricos.....	211

12.3.3. Agência Nacional de Águas .....	212
12.3.4. Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal.....	212
12.3.5. Comitês de Bacia Hidrográfica.....	213
12.3.6. Agências de Água .....	214
12.3.7. Organizações civis de recursos hídricos .....	215
12.4. Regime jurídico de utilização da água.....	216
12.5. Infrações administrativas.....	220
12.6. Padrões de qualidade da água .....	221
12.7. As águas no Código Civil .....	222
12.8. Questões de concursos públicos comentadas.....	224
<b>13. AR.....</b>	<b>227</b>
13.1. Disposições gerais .....	227
13.2. Padrões de emissão de gases.....	228
13.3. Queimadas.....	229
13.4. Poluição sonora .....	231
<b>14. FAUNA.....</b>	<b>235</b>
14.1. Definição .....	235
14.2. Classificação .....	235
14.3. Propriedade .....	236
14.4. Caça.....	237
14.5. Comercialização da fauna silvestre .....	240
14.6. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca .....	241
14.7. Proteção constitucional.....	245
14.8. Questão de concurso público comentada .....	246
<b>15. FLORA.....</b>	<b>249</b>
15.1. Disposições gerais .....	249
15.2. Reposição florestal .....	250
15.3. Tutela especial da Mata Atlântica .....	251
15.4. Tutela especial da Floresta Amazônica.....	264
15.5. Questões de concursos públicos comentadas .....	265

<b>16. RECURSOS MINERAIS .....</b>	<b>267</b>
16.1. Propriedade .....	267
16.2. Competência legislativa .....	267
16.3. Minas e jazidas.....	267
16.4. Regimes de aproveitamento.....	268
16.5. Licenciamento ambiental.....	270
16.6. Recuperação da área degradada.....	271
16.7. Questões de concursos públicos comentadas .....	272
<b>17. PATRIMÔNIO CULTURAL.....</b>	<b>275</b>
17.1. Conceito e competência material .....	275
17.2. Plano Nacional de Cultura.....	277
17.3. Formas de tutela.....	280
17.4. Patrimônio espeleológico .....	281
17.5. Patrimônio arqueológico ou pré-histórico.....	282
17.6. Registro .....	283
17.7. Tombamento .....	288
17.7.1. Definição.....	288
17.7.2. Previsão legal .....	289
17.7.3. Natureza jurídica .....	289
17.7.4. Descentralização administrativa.....	289
17.7.5. Competência para instituição.....	289
17.7.6. Competência legiferante.....	290
17.7.7. Objeto.....	290
17.7.8. Espécies.....	290
17.7.9. Tombamento de ofício .....	290
17.7.10. Tombamento provisório.....	291
17.7.11. Tombamento definitivo.....	291
17.7.12. Procedimento federal.....	291
17.7.13. Registro cartorial .....	291
17.7.14. Conteúdo da proteção .....	292
17.7.15. Zona de entorno .....	292
17.7.16. Conservação e reparação.....	292
17.7.17. Direito de preferência .....	292
17.7.18. Outras formas de instituição.....	292

17.7.19. Indenização .....	292
17.7.20. Tombamento constitucional.....	293
17.7.21. Destombamento .....	293
17.7.22. Infrações administrativas contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural .....	293
17.7.23. Crimes contra o patrimônio cultural .....	293
17.7.24. Jurisprudência .....	294
17.8. Desapropriação .....	297
17.9. Questões de concursos públicos comentadas.....	297
<b>18. PATRIMÔNIO ARTIFICIAL .....</b>	<b>301</b>
18.1. Disposições gerais constitucionais.....	301
18.2. Estatuto da cidade .....	302
18.3. Questões de concursos públicos comentadas .....	303
<b>19. PATRIMÔNIO GENÉTICO .....</b>	<b>307</b>
19.1. Biodiversidade .....	307
19.1.1. Previsão constitucional, definição e regulamentação.....	307
19.1.2. Patrimônio genético, conhecimento tradicional associado e acesso/transferência de tecnologia.....	308
19.2. Biossegurança .....	314
19.2.1. A pesquisa com células-tronco embrionárias e o direito fundamental à vida.....	315
19.2.2. A pesquisa com Organismos Geneticamente Modifica- dos – OGM.....	317
19.2.3. CÍbio .....	318
19.2.4. CNBS .....	318
19.2.5. CTNBio.....	318
19.2.6. SIB .....	319
19.2.7. Órgãos e entidades de registro e fiscalização.....	320
19.2.8. Responsabilidade civil e administrativa .....	320
19.2.9. Regras de transição .....	320
19.2.10. Licenciamento ambiental.....	320
19.3. A situação brasileira.....	321
19.4. Questões de concursos públicos comentadas .....	322
<b>20. RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS AMBIENTAIS .....</b>	<b>329</b>
20.1. Conceito legal de poluidor .....	329
20.2. Nexo de causalidade .....	335

20.3. Natureza objetiva.....	339
20.4. Danos ambientais .....	346
20.5. Questões de concursos públicos comentadas.....	350
<b>21. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS .....</b>	<b>359</b>
21.1. Disposições gerais .....	359
21.2. Infração ambiental do artigo 70 da Lei 9.605/1998 e sua regu- lamentação .....	360
21.2.1. Tipicidade e legalidade .....	360
21.2.2. Sanções administrativas .....	363
21.2.3. Procedimento .....	367
21.2.4. Tipos em espécie.....	369
21.2.5. Prescrição.....	370
21.3. Outras infrações administrativo-ambientais .....	371
21.4. Questões de concursos públicos comentadas.....	374
<b>22. RESPONSABILIDADE CRIMINAL AMBIENTAL.....</b>	<b>379</b>
22.1. A responsabilidade penal da pessoa jurídica .....	379
22.2. A figura do garantidor.....	386
22.3. A competência para o julgamento.....	387
22.4. A desconsideração da personalidade jurídica .....	394
22.5. A dosimetria das sanções.....	395
22.6. As penas restritivas de direito das pessoas físicas.....	395
22.7. As penas das pessoas jurídicas.....	396
22.8. Apreensão dos produtos e dos instrumentos do crime ambiental..	397
22.9. A liquidação forçada da pessoa jurídica .....	398
22.10. Circunstâncias atenuantes e agravantes.....	398
22.11. A suspensão condicional da pena .....	400
22.12. A iniciativa da ação penal.....	400
22.13. A suspensão condicional do processo.....	400
22.14. A proposta de aplicação de pena restritiva de direitos..	403
22.15. A substituição da pena privativa de liberdade .....	403
22.16. Sentença condenatória e reparação .....	404
22.17. O princípio da insignificância .....	404
22.18. A suposta exclusão da ilicitude pela celebração e cumprimento de TAC.....	408

22.19. Comentário geral sobre os tipos da Lei 9.605/1998.....	409
22.20. Dos crimes contra a fauna.....	410
22.21. Dos crimes contra a flora.....	428
22.22. Da poluição e outros crimes ambientais.....	451
22.23. Dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural..	467
22.24. Dos crimes contra a administração ambiental.....	473
22.25. Tutela penal do meio ambiente em outras leis .....	481
22.26. Questões de concursos públicos comentadas .....	482
<b>23. TUTELA PROCESSUAL CIVIL DO MEIO AMBIENTE .....</b>	<b>493</b>
23.1. Disposições gerais .....	493
23.2. Ação individual .....	494
23.3. Ação civil pública .....	495
23.3.1. Considerações iniciais .....	495
23.3.2. Legitimidade ativa.....	496
23.3.3. Legitimidade passiva.....	499
23.3.4. Competência jurisdicional.....	500
23.3.5. Direitos ou interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos .....	504
23.3.6. Regime jurídico da coisa julgada.....	508
23.3.7. Controle difuso de constitucionalidade .....	514
23.3.8. Pedido .....	515
23.3.9. Imprescritibilidade da pretensão.....	520
23.3.10. Questões específicas ambientais .....	521
23.3.11. Outras regras.....	522
23.4. Ação popular .....	525
23.4.1. Considerações iniciais .....	525
23.4.2. Legitimidade ativa.....	526
23.4.3. Legitimidade passiva .....	526
23.4.4. Objeto e eficácia da sentença .....	527
23.4.5. Competência jurisdicional.....	529
23.4.6. Outras disposições.....	530
23.5. Questões de concursos públicos comentadas.....	531
<b>24. DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTAL.....</b>	<b>537</b>
24.1. Disposições gerais .....	537

24.2. A conferência das nações unidas sobre meio ambiente – Conferência de Estocolmo.....	540
24.3. A CITES – convenção sobre o comércio internacional das espécies da fauna e flora selvagens em perigo de extinção.....	542
24.4. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD (Rio/1992 ou Eco/1992).....	544
24.4.1. A declaração do Rio .....	545
24.4.2. A Agenda 21.....	548
24.4.3. A declaração de princípios para o desenvolvimento sustentável das florestas (Carta das Florestas).....	548
24.4.4. A Convenção sobre Diversidade Biológica (Convenção da Biodiversidade).....	548
24.4.5. A Convenção – quadro das Nações Unidas sobre mudança do clima .....	552
24.5. Protocolo de Kyoto à Convenção – quadro das Nações Unidas sobre mudança do clima.....	554
24.6. Acordo de Copenhague.....	557
24.7. Questões de concursos públicos comentadas.....	558
<b>25. POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA.....</b>	<b>563</b>
25.1. Introdução .....	563
25.2. Medidas executórias.....	564
25.3. Princípios .....	566
25.4. Objetivos.....	566
25.5. Diretrizes.....	568
25.6. Instrumentos.....	570
25.7. Meta brasileira de redução dos gases que causam o efeito estufa...	574
<b>26. POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....</b>	<b>577</b>
26.1. Introdução .....	577
26.2. Princípios .....	579
26.3. Objetivos.....	580
26.4. Instrumentos.....	581
26.5. Classificação dos resíduos sólidos.....	586
26.6. Responsabilidade dos geradores e do poder público .....	587
26.7. Resíduos perigosos.....	588
26.8. Instrumentos econômicos.....	589

26.9. Proibições.....	590
26.10. Regras de transição.....	591
<b>27. TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL.....</b>	<b>593</b>
27.1. Introdução.....	593
27.2. A ordem econômica ambiental.....	594
27.3. A fiscalidade, a parafiscalidade e a extrafiscalidade a serviço da proteção do meio ambiente.....	595
27.4. A extrafiscalidade como instrumento de realização dos princípios ambientais.....	598
27.5. O princípio da capacidade contributiva como limitador da extrafiscalidade ambiental.....	598
27.6. A releitura do princípio da estrita legalidade.....	599
27.7. A adoção de critérios ambientais pelos estados no repasse de parcela da arrecadação do ICMS aos municípios (“ICMS ecológico”).....	601
<b>28. ASPECTOS JURÍDICOS DA AUDITORIA AMBIENTAL.....</b>	<b>603</b>
28.1. Noções introdutórias.....	603
28.2. Definição.....	604
28.3. Legislação de regência.....	605
28.4. Auditoria de conformidade legal ou obrigatória.....	606
28.5. Questões de concursos públicos comentadas.....	608
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>609</b>